



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DO FUTEBOL			
EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0470/16	DATA: 24/05/2016	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 09h41min	TÉRMINO: 11h50min	PÁGINAS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JAMIL CÉZAR CHADE - Correspondente internacional do jornal *O Estado de S.Paulo*.

SUMÁRIO

Debate sobre os aspectos relacionados a contratos de marketing, direitos de mídia, patrocínios e eventos envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol — CBF. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e senhores, bom dia.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 8ª Reunião. Indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Mário Negromonte Jr., do PP da Bahia.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, submeto a ata a votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo aos senhores o recebimento das seguintes correspondências:

- Do Ministério do Trabalho, encaminhando resposta ao Requerimento nº 71, de 2016, de autoria do Deputado Silvío Torres, que requeria informações acerca da adesão ao PROFUT (Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro).

- Da Delegacia da Polícia Federal em Sorocaba, São Paulo, encaminhando resposta ao Requerimento nº 56, de 2016, de autoria do Deputado Goulart, que requeria cópia dos documentos oriundos da Operação Durkheim.

- Do Deputado Major Olímpio, solicitando a retirada de tramitação dos Requerimentos nºs 47, 49, 50 e 52, de 2016, de sua autoria.

Defiro o pedido de S.Exa. e determino que a Secretaria da CPI tome todas as providências necessárias.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para a resposta à questão de ordem formulada pelos Deputados Roberto Góes e Arnaldo Jordy na reunião realizada no último dia 17 de maio:



“Questionam os Deputados a votação dos Requerimentos nºs 2, 34, 45 e 82, de 2016, que convocavam/convidavam o Sr. Antonio Carlos Nunes de Lima, Presidente em exercício da CBF, para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Durante a discussão do requerimento foi proposta a substituição do nome do convocado/convidado Antonio Carlos Nunes de Lima pelo nome do Sr. Marco Polo Del Nero, tendo em vista a reassunção deste ao cargo de Presidente da CBF.

Preliminarmente, informo que existem os Requerimentos, pendentes de liberação, nºs 10, 19, 30, 64 e 99, de 2016, de autoria dos Deputados Delegado Edson Moreira, Fábio Sousa, Arnaldo Jordy, Márcio Marinho e Hélio Leite, que requerem a convocação do Sr. Marco Polo Del Nero.

Isto posto, entende esta Presidência que não haveria dificuldade na simples substituição do nome do convocado/convidado Antonio Carlos Nunes de Lima, uma vez que há outros requerimentos de convocação do Sr. Marco Polo Del Nero a serem deliberados.

Acontece que os registros nas notas taquigráficas, áudio e vídeo da referida reunião deixam muito claro o comando e a proclamação do resultado da votação dos requerimentos, que passo a ler.

Notas taquigráficas, página 22:

‘O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Roberto Góes, esse não é o tema da discussão. Na verdade, não é o tema. Vamos voltar aqui ao tema.

Vamos votar, então, com a transformação de convocação para convite, os Requerimentos nºs 2, 34, 45 e 82.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados, contra os votos dos Deputados Major Olímpio e João Rodrigues.’

Assim, deixo de acolher a questão de ordem pelo fato de a votação dos requerimentos ter sido no sentido da transformação de convocação para convite e não da substituição do nome do convocado proposto pela CPI.”



Senhoras e senhores, vamos então à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a deliberação de requerimentos e audiência pública com a presença do Sr. Jamil César Chade, a quem agora convido para tomar assento à mesa.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa:

O tempo concedido para o convidado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo haver apartes.

Os Parlamentares interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente com a Secretaria.

Vou então conceder a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Jamil Chade.

Bom dia, Jamil. É um prazer recebê-lo aqui. Falo em nome da Comissão, em nome dos colegas da Câmara Federal. Nós gostaríamos de ouvi-lo, como nosso convidado, de absorver a experiência dos seus trabalhos como correspondente internacional de um dos maiores jornais do País. Seja muito bem-vindo!

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Exmo. Sr. Deputado, muito obrigado pelo convite. Muito obrigado a todos por esta oportunidade de vir aqui tratar de um tema com o qual eu trabalho há 16 anos. Há 16 anos eu cubro justamente as questões nas quais os senhores estão aparentemente interessados, segundo a agenda apresentada. Espero que o que eu tenho a apresentar possa de alguma forma contribuir ou ser utilizado como subsídio para quaisquer investigações ou apurações que os senhores venham a fazer.

Eu insisto: sou repórter, e, como tal, eu apresento fatos. Não tenho, vamos dizer assim, o direito de tirar juízo de valor desses fatos, nem tenho o poder ou a capacidade de fazer a investigação. Portanto, o que eu posso oferecer aos senhores são dados, colhidos — eu insisto — em documentos oficiais, em informações de Ministérios Públicos da Suíça, dos Estados Unidos, de vários outros países, documentos que trazem provas ou pelo menos indícios de algumas informações. Eu acho que estas informações podem ser relevantes para os senhores.

Vou dividir a minha apresentação em três partes. Na primeira parte, vou fazer uma atualização sobre onde estamos nas investigações da FIFA. Esta é a primeira parte da apresentação. Na segunda parte, vou falar especificamente sobre a Copa



do Mundo no Brasil. E na terceira parte, vou falar sobre a situação da CBF no atual momento. E insisto que vou fazer isso tudo com base, Deputados, em documentos, em declarações escritas e em informações que nós temos comprovadas.

A primeira parte desta exposição é justamente sobre as investigações na FIFA.

Por uma coincidência talvez feliz, vai completar nesta sexta-feira, dia 27 de maio, 1 ano a prisão dos dirigentes da FIFA. Nos últimos 12 meses, o que nós tivemos foi um verdadeiro golpe contra a estrutura do futebol que tinha sido montada nos últimos 40 anos.

Em 12 meses, 41 dirigentes foram indiciados, em vários países. E, em 17 países, Deputados, as federações nacionais foram transformadas, de uma forma bastante radical. Dezesete países viram seus presidentes de federações nacionais ser presos ou extraditados ou viver foragidos. Eu vou ler os nomes desses países, porque acho que isto dá muito bem a dimensão do que foram os últimos 12 meses para o futebol latino-americano: Paraguai, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá, Ilhas Cayman, Trinidad e Tobago, Argentina e Uruguai. Eu deixei de fora o Brasil, porque nós vamos voltar a falar sobre isto no final da minha exposição, que será justamente sobre a situação da CBF.

Então, nós tivemos em 12 meses uma transformação bastante importante na estrutura de poder do futebol latino-americano, de Honduras até o Chile. Basicamente todos esses países passaram por algum tipo de transformação bastante importante.

Enquanto isso acontecia, que tendência nós registramos na FIFA, em Zurique? Na FIFA, o que houve foi o início de uma reforma, bastante importante. Podemos discutir inclusive se ela é suficiente. A meu ver, não, mas, como eu gostaria de insistir aqui, o que vou trazer são fatos. Podemos debater se eles são suficientes ou não, mas a reforma da FIFA começou a ser feita, e ela obrigou a entidade a se refundar. A FIFA é hoje uma nova entidade, com uma nova constituição, com novos dirigentes. Esta é a maior reforma por que a entidade passou nos últimos 111 anos, certamente.



O que aconteceu no dia 27 de maio de 2015 gerou tudo isso, e foi bastante substancial. Qual foi essa reforma na FIFA? Ela colocou limite de mandato para os cartolas, ou seja, não há mais a possibilidade de alguém ficar 24 anos no poder; ela estabeleceu que todos os salários precisam ser divulgados; e, acima de tudo, ela fez uma separação interna do que são as decisões políticas da entidade e o que são as decisões técnicas. Qual é essa diferença? Qual é o melhor contrato, e não qual é o contrato que traz mais vantagens políticas. Um contrato de televisão? Um contrato de *marketing*? Um contrato com o fornecedor de algum serviço? Enfim, essa foi a separação feita pela própria constituição da FIFA. E temos, além de tudo isso, a eleição de um novo Presidente, Gianni Infantino, que assumiu no final de fevereiro.

Eu insisto, isto são os fatos, que mostram que a FIFA tende a mudar, mas podemos mais tarde, na fase de perguntas, analisar se isso foi suficiente. A meu ver, não. A meu ver, essa reforma ainda não foi completada, ela precisa de alguns aspectos que ainda não foram aprovados.

Essa foi a primeira parte da minha exposição.

A segunda parte é justamente sobre a Copa do Mundo no Brasil. Às vezes eu fico pensando, Deputado, e parece que já faz tanto tempo, mas, de fato, o problema não é o tempo, não é quando ela aconteceu: é a conta que ficou. Isso eu também tento apresentar com dados, bastante concretos.

Os dados dizem o seguinte: a Copa do Mundo no Brasil, em 2014, foi a Copa mais cara da história, a Copa mais cara da história! E eu não estou incluindo, Deputado, nem as obras de infraestrutura viária, nem aeroportos, absolutamente nada do que seria o legado para a sociedade brasileira. Estou falando da Copa como evento esportivo: estádios, centros de treinamento e gastos com, digamos assim, a operação Copa do Mundo.

O que o Brasil gastou para realizar a Copa do Mundo de 2014 foi o equivalente a duas Copas do Mundo. Nós não tivemos uma Copa 10% mais cara do que as outras. Ela custou o equivalente ao que a África do Sul, em 2010, e a Alemanha, em 2006, gastaram juntas. A soma dos gastos da Copa da África do Sul com os da Copa da Alemanha deu o que o Brasil “investiu” — se quiserem utilizar essa palavra.



Outro dado bastante importante. Em 2007, quando o Brasil ganhou o direito de sediar a Copa, a FIFA fez um informe a partir do orçamento que a própria CBF tinha repassado sobre quanto custaria a Copa do Mundo. Esse informe — e, insisto, faço questão de passar depois para os senhores todos esses documentos —, de 2017, dizia que a Copa do Mundo no Brasil iria custar 1 bilhão e 100 milhões de dólares. Quando a Copa começou, em 2014, ela já custava 3 bilhões e 500 milhões de dólares. Então, o custo da Copa do Mundo triplicou. E, eu insisto, não estamos contando obras viárias, trens, metrô... só mesmo estádios.

Há um terceiro ponto que eu insisto em reforçar. Em 2007, numa conversa que eu tive com o Ricardo Teixeira, ex-Presidente da CBF, ainda em Zurique, ele insistia, deixou muito claro para mim que não haveria um só centavo de dinheiro público na construção de estádios no Brasil. Isso foi em 2007. Em 2014, o levantamento que eu fiz, a partir de dados oficiais, mostrou que, de cada 9 reais gastos nos estádios, 8 reais foram emprestados, subsidiados, doados, bancados ou simplesmente financiados pelo poder público. Basicamente, de cada 9 reais gastos na Copa do Mundo, só 1 real era dinheiro privado, o resto todo foi de alguma forma financiado pelo poder público. E isso não inclui apenas a Federação. Por exemplo — outro dado também importante —, os Governos Estaduais e o do Distrito Federal gastaram, sozinhos, 3 bilhões e 200 milhões de reais, ou financiando ou doando ou subsidiando esses estádios.

Então, aquela promessa inicial de que a Copa seria privada... Ela não foi privada. Aquela promessa inicial de que ela custaria 1 bilhão... Esse custo triplicou. E tivemos, no final, a Copa mais cara da história, de todas as Copas. Esse é um ponto para completar a questão da Copa.

Mas uma parte que é muito importante que se veja é o outro lado dessa história. E qual é esse outro lado? É a FIFA, é o organizador dessa Copa do Mundo, uma entidade que estabeleceu suas regras e disse: *“O país que quiser, será sob estas regras que essa Copa vai acontecer”*. Essa entidade saiu do Brasil com a renda recorde de uma Copa do Mundo. Nunca uma Copa do Mundo tinha gerado tanto dinheiro para a FIFA quanto a Copa do Mundo no Brasil. Ela foi a Copa mais rentável da história: gerou para os cofres da entidade 5 bilhões e 700 milhões de dólares. Isso foi quanto...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Não, rendeu. A renda, não o lucro total. A renda é recorde. E no ano de 2014 — eu posso pegar esses dados também —, o lucro também foi o mais alto que a entidade teve. Mas, em termos de renda, ela foi a mais alta...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esses dados que você diz que tem você poderia disponibilizar para nós?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Todos, todos esses dados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é o total não da receita, mas do lucro da FIFA nessa Copa?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu preciso checar, mas acredito que, se pegarmos só o ano de 2014, ela foi de 90 milhões de dólares. O problema, que eu vou explicar, é que o lucro não conta toda a história, pelo seguinte. O que a FIFA fez, entre 2007 e 2014, foi triplicar os salários dos seus próprios dirigentes, baseada nessa nova renda. Então, quando se olha para o lucro, vê-se que ele mexeu, mas, além do lucro, a FIFA distribuiu maiores benefícios aos seus próprios dirigentes, baseada na renda obtida com a Copa do Mundo no Brasil. Esses dados também tenho aqui.

Podemos já falar desta questão, que é bastante importante. Quando a Copa do Mundo terminou, a FIFA anunciou que ia dar dinheiro, e fez isso, para um fundo para o desenvolvimento do futebol brasileiro: 100 milhões de dólares. Alguém poderia pensar: é bastante dinheiro. De fato, é bastante dinheiro. Não há como negar que 100 milhões de dólares é bastante dinheiro. Agora, duas questões nós precisamos colocar em contexto. A primeira é que os 100 milhões de dólares foram legados para o Brasil de uma receita de 5,7 bilhões de dólares. Pela minha conta, 2%. Então, o legado que a FIFA está deixando...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Menos.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Menos de 2%.

Outro dado muito substancial, que precisamos lembrar, do balanço financeiro da FIFA: os 100 milhões de dólares que o Brasil recebeu, ele recebeu de uma tacada só. Nós não teremos 100 milhões a cada ano. São 100 milhões, e ponto final. Mas a FIFA, em 2014, pagou a seus dirigentes, como salário, 110 milhões de



dólares. Só em salários, o que foi pago aos dirigentes da FIFA foi mais, em 1 ano só, do que todo o legado que nós recebemos. Por isso eu digo que nós precisamos analisar esses números e tentar entender, vamos dizer assim, a dimensão que teve essa Copa do Mundo.

Eu concluo esta segunda parte deixando muito claro que, na minha avaliação desses dados, o que nós tivemos foi uma Copa do Mundo paga, ou pelo menos financiada, pelo poder público, para gerar uma receita privada. A FIFA, com esse dinheiro, com essa renda, ela teria condições, por exemplo, de bancar todo o financiamento dos estádios. Os senhores poderiam dizer: *“Não, mas os estádios cabem ao país anfitrião”*. Eu entendo, mas o que me interessa neste momento é mostrar que, de um lado, nós temos a Copa mais cara do mundo, financiada pelo poder público, e, de outro, temos a Copa mais lucrativa da história para uma entidade privada. Esta é a contradição nos números que eu trago para os senhores.

E, para completar a minha exposição, a terceira parte, sobre a situação atual da CBF nessa investigação. Por que eu fiz essa ligação com a Copa do Mundo? Porque eu quero começar justamente falando desse fundo, desse legado de 100 milhões de dólares para a CBF. E hoje, Deputado, esses 100 milhões de dólares estão bloqueados na Suíça, não podem ser transferidos para o Brasil. A FIFA me disse, de uma forma bastante clara, semana passada, que não tem confiança de como esse dinheiro vai ser usado no Brasil, que não recebeu garantias suficientes de como esses 100 milhões de dólares vão ser aplicados no Brasil. Então, 2 anos depois da Copa do Mundo, o dinheiro do legado ainda não chegou, porque a FIFA não confia na forma como esse dinheiro vai ser utilizado. Este é um primeiro aspecto importante para entendermos um pouco qual é a relação, hoje, da FIFA com a CBF.

Segundo ponto dessa relação. Tanto o atual Presidente, Marco Polo Del Nero, como outros dirigentes continuam sob investigação. Na FIFA, Marco Polo Del Nero ainda está sendo investigado pelo Comitê de Ética. Nos Estados Unidos, ele está naquele relatório do Departamento de Justiça americano, que deixa muito claro que ele é um dos indiciados no caso da FIFA. Essa é a situação de Marco Polo Del Nero.

Temos também a situação de José Maria Marin, que, depois de passar 6 meses na Suíça lutando contra a extradição, acabou aceitando a extradição, e hoje



está nos Estados Unidos. Seu julgamento começa, provavelmente, agora em junho, nos Estados Unidos. E não é só o julgamento de José Maria Marin que começa, outros dirigentes da FIFA também terão seus julgamentos iniciados agora no mês de junho.

E também trago, e posso disponibilizar aos senhores, um pedido de cooperação internacional que o Departamento de Justiça americano fez em dezembro do ano passado para o Ministério Público da Suíça. O que pediam os americanos aos suíços? Pediam informações sobre três contas bancárias relacionadas ao ex-Presidente da CBF Ricardo Teixeira: uma no banco UBS, outra no Banco de Gottardo, e a terceira no banco BSI. Essas três contas, na visão dos americanos — eu insisto que isto é o que diz o documento do pedido de cooperação —, elas são de propriedade de Ricardo Teixeira ou têm Ricardo Teixeira como beneficiário. O pedido foi feito aos suíços. Eu não tenho a resposta dos suíços, nem sei se eles já responderam a esse pedido, mas o que o pedido deixa muito claro é que, nos Estados Unidos, Ricardo Teixeira está sendo investigado. E, não só ele está sendo investigado, como os americanos fizeram esse pedido sobre contas que eles acreditam que sejam, vamos dizer assim, de benefício de Ricardo Teixeira.

Nesse mesmo documento, os americanos também, ao descrever quem é Ricardo Teixeira à Justiça suíça, indicam que o inquérito na Suíça apontou que Ricardo Teixeira teria recebido 20 milhões de francos suíços em propinas. Insisto: isto é o que diz o documento, não sou eu que estou dizendo. O próprio documento diz que ele teria recebido 20 milhões de francos suíços, hoje mais ou menos 20 milhões de dólares, em contas na Suíça. Eu acredito que esse documento possa ser de interesse dos senhores, assim como todos esses levantamentos e dados.

Eu tenho outros dados aqui, mas gostaria de atender ao pedido dos senhores e, é claro, de saber exatamente qual é o maior interesse dos senhores e como eu posso colaborar.

Insisto, Deputado, em dois aspectos. Algumas destas informações já estão num livro, que eu publiquei ano passado e também deixo com o senhor. Mas, além do livro, os documentos que os senhores necessitarem sobre todos esses dados também poderão ser repassados aos senhores.

Muito obrigado. Fico à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Agradeço ao nosso convidado, correspondente internacional do jornal *O Estado de S.Paulo*, Jamil Chade.

Eu vou fazer valer a lista de inscrições, mas, antes, eu gostaria de fazer só uma pergunta ao jornalista Jamil Chade.

Eu queria que o senhor falasse um pouquinho do seu livro, que tem sido tão comentado e que pode ser base, inclusive, do nosso trabalho aqui; o foco principal do livro, de que maneira ele foi trabalhado.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Obrigado, Deputado.

O foco inicial do livro é uma questão, eu diria até pessoal, que é a frustração que eu senti como torcedor quando descobri o que acontecia de fato com o futebol.

Eu cubro a FIFA há 16 anos — o Deputado Silvío Torres sabe disso, já estivemos em outras ocasiões juntos —, mas o que ficou muito claro para mim ao longo dos anos é que aquele nosso legítimo sentimento de torcedor havia sido sequestrado. Ele havia sido sequestrado por um grupo que, de alguma forma, utiliza um bem público, que é o futebol, para benefícios privados.

A minha decisão de escrever o livro foi basicamente para tentar informar, claro, antes de qualquer coisa, o torcedor, que também é cidadão, para onde está indo, não só o dinheiro do ingresso dele, não só o dinheiro da camisa que ele compra, mas também quem é que ele basicamente financia cada vez que grita “gol”.

Isso é bastante pessoal, eu diria, porque nós todos, de alguma forma, gostamos muito do futebol e queremos justamente saber por que aquele estádio está naquele local, por que aquele jogo foi disputado naquele local, por que aquele adversário foi escolhido e por que o resultado foi aquele.

Então, o livro tenta trazer, de alguma forma, um cenário que não é contra o futebol, mas é justamente para mostrar que, hoje, da bola ao juiz, da cidade onde o estádio está à escolha do adversário, essa decisão não é só esportiva.

Então, é uma tentativa de trazer ao torcedor, ao cidadão — e fico muito feliz em saber que aos senhores também —, um pouco da experiência de ver, durante 16 anos, os bastidores do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Quer dizer que, no seu entendimento, há manipulação em tudo isso?



O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Em vários desses aspectos, ela é até sistemática. Ela é até, de alguma forma, a regra do jogo; a regra do jogo porque, em vários anos, essas entidades operaram sem qualquer tipo de controle.

A estrutura do futebol — se o senhor me permitir uma rápida explicação —, a estrutura que a FIFA criou para o futebol no mundo foi baseada em dois pilares: um pilar é de autonomia em relação à política, que pode ser positiva. A autonomia, de fato, pode ser positiva justamente para evitar que, por exemplo, numa ditadura, o ditador local utilize o futebol para algum tipo de benefício, para, de alguma forma, legitimar o seu próprio poder.

Então, existe um aspecto importante de autonomia do esporte em relação ao poder, mas ela não é a única explicação. Essa autonomia também dá brechas para uma atuação, vamos dizer assim, bastante isolada de qualquer tipo de controle.

E o segundo pilar que por anos prevaleceu foi a imunidade, imunidade em relação à Justiça, e nós tivemos o caso muito concreto da CONMEBOL em Assunção, cuja sede tinha, inclusive, inviolabilidade; era tratada como uma embaixada.

Então, esses dois pilares criaram essa estrutura de bastante autonomia. Por que eu digo isso quando o senhor fala em manipulação? A manipulação, em alguns aspectos, foi tão profunda que o próprio inquérito americano mostrou que as empresas que pagavam — pelo menos são acusadas de pagar propina — chegaram a fazer tabelas de pagamentos, dependendo do poder de tal federação.

Então, há um caso muito específico que também está no inquérito americano, mostrando que o dinheiro pago para Brasil, Argentina e CONMEBOL era um. Uma segunda classificação era para Colômbia, Equador e outros tantos países. Então, era, de alguma forma, sistemática sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem. Conforme a lista de inscrição, concedo a palavra ao Deputado João Derly, por quem nós temos todo o respeito, toda a admiração. É um atleta renomado, reconhecido no mundo inteiro, defendeu o Brasil bravamente.

Sou seu fã, Deputado João Derly, como esportista, medalhista, como Deputado e responsável pela criação desta CPI. Não sei se o nosso convidado Jamil



Chade tem conhecimento, mas foi através de um requerimento do Deputado João Derly que esta CPI foi criada, um requerimento do ano de 2015.

Deputado, com a palavra, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, cumprimento o nosso convidado, o jornalista Jamil Chade, por quem eu tenho admiração.

Sou seu seguidor nas redes sociais, acompanho seu trabalho. Gostaria também de deixar um abraço do Marcio Dolzan, colorado, como eu. Nós sempre trocamos algumas mensagens. Estou trazendo um abraço dele.

Tenho duas perguntas. Eu gostaria de ouvir sobre o tema referente às investigações do FBI. Isso fez com que nós tentássemos passar a limpo o nosso futebol. O seu livro *Política, Propina e Futebol* trata de como facções criminosas do futebol brasileiro e mundial a partir de esquemas envolvendo o alto escalão das entidades que gerem o nosso futebol, orquestram acordos, envolvem milhões em propinas, principalmente na última Copa do Mundo aqui em nosso País.

O senhor, que conhece bem o *modus operandi* desses dirigentes, com toda a sua experiência, com 16 anos trabalhando e totalmente debruçado sobre esse tema, pode nos detalhar como funciona, como é gerido todo esse esquema? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é referente ao Sr. Marin, Del Nero e Teixeira, que são acusados de receber propina quando no comando da CBF, inclusive, dividindo 2 milhões, na ocasião, pagos para o J. Hawilla. Ela é sistêmica, portanto, o senhor considera que a prisão do Marin pode significar o fim dessa prática ou só mudarão os nomes para quem paga e para quem recebe na perpetuação desses esquemas na entidade?

Essas eram as duas perguntas que eu tinha para fazer. Gostaríamos de ouvi-lo.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Deputado, muito obrigado pelo convite, pela iniciativa da CPI, por trocar todas essas mensagens e por de alguma forma entender justamente a importância que isso tem como um ex-atleta, como alguém também envolvido no espetáculo esporte.

O detalhamento desse esquema foi trazido principalmente pelo FBI. Ele consiste num princípio, eu diria, bastante simples. Um número muito pequeno de



dirigentes tem o controle para decidir quem não só é o parceiro comercial de certo evento, mas também quem transmite esse certo evento.

Isso vale para Libertadores, para Copa Sul-Americana, isso vale para a Copa do Brasil, isso vale para as Copas do Mundo, isso vale até para as eliminatórias para a Copa do Mundo, isso vale para a CONCACAF, na Golden Cup, como eles chamam lá. Enfim, eu estou citando torneios em que o FBI identificou de uma forma muito clara o pagamento de propinas.

De que forma? Essas entidades...

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Só competições internacionais?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - A Copa do Brasil é a Copa nacional, não a Copa do Mundo no Brasil, é a Copa do Brasil. Se eu não me engano, nos inquéritos do FBI, a Copa do Brasil é o único torneio nacional nesse esquema. O resto eram torneios ou regionais ou internacionais.

A situação é relativamente simples porque justamente permite que um número muito restrito de dirigentes decida para quem vão os contratos comerciais desses torneios. Então, para dar um exemplo, o torneio Libertadores da América é controlado pela entidade CONMEBOL. É ela que decide para quem vai o contrato de televisão, não só o contrato de televisão, mas também o contrato de *marketing*.

O que acontecia pelo menos durante toda essa investigação do FBI? Diferentes propostas chegavam à CONMEBOL, justamente para competir por aquele direito. É um grande negócio transmitir, obviamente, a Taça Libertadores da América. Isso, sem dúvida nenhuma. O que o inquérito mostrou é que quem ganhava ou quem ganhou esses contratos não era a melhor oferta, era a oferta que garantia o pagamento de uma propina aos dirigentes que tomavam essa decisão.

Por que isso era possível? Porque, de fato, voltando àquele ponto inicial, não existia absolutamente nenhum controle sobre essas entidades. Elas operavam de fato, primeiro, nessa situação de inviolabilidade, mas também sem qualquer tipo de auditoria externa. Então, não existia nenhum tipo de controle, por isso o pagamento da propina.

Eu citei o exemplo da CONMEBOL. Agora, podemos ter o exemplo da FIFA. Esse é um caso que eu também tenho os documentos. Se quiserem, eu também os passo aos senhores.



Duas empresas concorreram para os serviços de venda de ingressos para a Copa de 2018, na Rússia. Numa licitação que a FIFA abriu, oito, nove empresas apareceram, e duas empresas ficaram como finalistas. Uma empresa é a Kuoni, uma gigante do setor de turismo na Europa. O que eu tenho são os documentos que mostram, por exemplo, a questão técnica dessas duas, vamos dizer assim, concorrências, dessas duas empresas que concorriam certamente por um contrato.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - O senhor os tem? Pode nos passar?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Tenho. Certamente. A avaliação técnica que a FIFA tinha feito sobre duas empresas que ofereciam serviço de venda de ingresso. Venda de ingresso na Copa do Mundo é provavelmente um dos principais serviços em termos de lucros e em termos, inclusive, de movimentação. É absolutamente fundamental. Duas empresas: a primeira era a Kuoni. No relatório técnico, a Kuoni era apontada como tendo alto grau de estabilidade financeira; experiência no mercado russo de mais de 20 anos; 130 mil funcionários e uma solidez no trabalho que fazia bastante impressionante. Isso é o que diz o documento. A empresa B era uma empresa familiar com, se eu não me engano, 10 funcionários, não 130 mil, mas 10 funcionários — isso está no documento, no relatório da própria FIFA —; estabilidade financeira duvidosa, duvidosa; experiência no mercado russo: nenhuma. Quem ganhou o contrato? A empresa B.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Do Brasil, não tenho, infelizmente. O que isso mostra? Que a decisão técnica não é o que prevalece. Por isso, voltamos à questão da CONMEBOL e de qualquer outro contrato. Não foram as questões técnicas que decidiram esses contratos.

O detalhamento é importante. Por isso uso a palavra “sequestro”, porque justamente esses dirigentes se deram ao direito de simplesmente cobrar propinas por contratos que apareciam. Alguns deles já confessaram o crime. Então, não é que isso ainda esteja sob investigação.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, V.Exa. poderia pedir silêncio ali ao fundo, porque não estamos conseguindo nos concentrar.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Deputado, portanto, o sistema era muito parecido em vários locais, em várias estruturas.

O senhor perguntou também se essa situação referente à prisão do José Maria Marin coloca fim às práticas. Eu não tenho como responder, pelo seguinte: ela certamente foi um golpe bastante duro à estrutura, mas essa estrutura até hoje não foi modificada de forma suficiente para garantir que essas práticas não se repitam no futuro.

Dou alguns exemplos. Hoje ainda não temos a transparência de todos os contratos feitos pela CBF. Hoje nós não temos, por enquanto, a garantia de saber quais são os critérios exigidos para um contrato nem pela CBF nem pela CONMEBOL.

Por que insisto na CONMEBOL? Porque não dá mais para falar só na CBF. Nós precisamos tratar de torneios com potencial de renda muito grande, que são tanto a Copa América quanto a Libertadores da América, que teriam um impacto positivo muito grande para os clubes brasileiros. Por isso insisto que é necessário algum tipo de mudança na CONMEBOL também.

Hoje não sou eu que não confio na CBF ou na CONMEBOL. É a própria FIFA, Deputado, que ainda não confia nem na CBF e nem na CONMEBOL. A FIFA até agora não transferiu os 100 milhões de dólares do Fundo de Legado da Copa, mas também não transferiu o pagamento anual que ela dá, por exemplo, para a CONMEBOL. Anualmente, a FIFA transfere para a CONMEBOL 5 milhões de dólares. Esse dinheiro continua bloqueado, porque, segundo a nova FIFA, a CONMEBOL não deu demonstrações ainda suficientes sobre como ela vai utilizar esse dinheiro regular que ela recebe.

Então, a base continua a mesma. A base é: a transparência ainda não é suficiente. Se essa situação vai mudar com essas prisões, vai depender justamente de como isso vai ser traduzido em termos de uma nova estrutura. Por isso digo que eu não tenho como dizer se isso vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem. Eu gostaria de saber do Sr. Jamil Chade se toda essa documentação a que se refere pode ser entregue a esta CPI de imediato.

O senhor teria condições de trazer isso num curto espaço de tempo?



O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Até amanhã estará tudo com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Silvío Torres, V.Exa. é o próximo a falar, mas, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, esta Comissão poderá investigar quaisquer outros fatos conexos aos aqui expostos, à medida que forem descobertos.

Com esses documentos em mão, novos fatos podem surgir para que esta CPI possa trabalhar. Já há jurisprudência em relação a isso pelo Supremo Tribunal Federal.

Talvez tenhamos uma oportunidade maior de avançar nas investigações desta CPI.

Com a palavra o Deputado Silvío Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o jornalista Jamil Chade. É um prazer revê-lo.

O jornalista Jamil Chade acompanhou a nossa CPI em 2000. Na época, ele não tinha ainda a força que tem hoje para poder se confrontar com as inúmeras barreiras que foram colocadas naquela investigação.

Lembro-me de que nos encontramos em Genebra, quando um grupo da CPI — o Deputado Aldo Rebelo, o Deputado Eduardo Campos, eu e mais um Deputado cujo nome eu esqueci — foi levar à FIFA documentos que comprovavam o tráfico ilegal de jogadores brasileiros menores para a Europa — ilegal em todos os sentidos.

Ao mesmo tempo, nós fomos checar as condições de alguns desses menores que estavam lá abandonados, depois de terem sido enganados por empresários. Aquilo que parecia um gesto de transparência da FIFA era, na verdade, um faz de conta para que nós imaginássemos que lá havia algum tipo de organização séria.

Demorou algum tempo para vermos cair toda essa farsa. E, hoje, eu me sinto, em parte, realizado por ter participado daquela CPI. Assim como o jornalista Jamil Chade, eu me sinto muito frustrado de ver quanto o torcedor de uma forma geral, especialmente o brasileiro, foi enganado durante tanto tempo.

Queria dizer, Sr. Presidente, que a presença do jornalista Jamil Chade é muito importante para esta CPI. Eu desconheço outro jornalista que tenha — e são poucos no mundo — o conhecimento, o acesso, o trabalho dele nessa área de



esporte de uma forma geral, particularmente o futebol. A localização privilegiada na Europa e principalmente a determinação dele de seguir esse assunto o fizeram um dos maiores especialistas nesse escândalo a que nós estamos assistindo. Por isso, é muito importante que tudo que seja trazido a esta CPI hoje possa ser utilizado pelo Relator.

Sr. Presidente, queria pedir novamente a V.Exa. que tente impor alguma ordem ali atrás.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu peço a todos silêncio, para que nós possamos ouvir os Deputados e o nosso convidado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É só conversar no corredor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Todos são muito bem-vindos, mas o ambiente tem que ser propício para a continuidade do nosso trabalho aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, a documentação que o jornalista Jamil Chade vai deixar aqui pode ser muito útil para o nosso Relator e para todos nós, além do livro dele, que tive oportunidade de adquirir, que também contém revelações muito concernentes ao nosso objetivo nesta CPI.

Eu queria fazer uma sugestão a V.Exa. Como ele é o único palestrante, eu acho que nós deveríamos dar-lhe mais tempo para podermos aproveitar a vinda dele aqui. Ainda hoje, ele vai viajar de volta para a Europa. Ele nos deu a honra de vir aqui e colocar-se à nossa disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Silvío Torres, enquanto não iniciar a sessão do Congresso Nacional, o tempo será destinado inteiramente ao nosso convidado e aos nobres Deputados nesta CPI.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu vou fazer uma série de considerações, Jamil. Eu me lembro de que a relação do então Presidente Ricardo Teixeira com a imprensa de uma forma geral, especialmente com você, era muito difícil. É evidente que a situação mudou muito hoje. Mas eu me lembro de quanto o jornalista Jamil Chade era segregado.

Numa coletiva, Ricardo Teixeira chegava a ponto de dizer a ele: "*Você não pode participar*". Isso aconteceu na Suíça, não aqui no Brasil. Imagine quantas



questões pessoais Ricardo Teixeira já colocava. Certamente, ele fazia isso, porque tinha o rabo muito preso, um rabo de palha muito grande. Era o grande medo dele.

Hoje, a imprensa tem total liberdade de ação. Gostaria que você dissesse como a FIFA e as Confederações estão tratando desse trabalho. Você citou a questão da América Latina. São quantos países? *(Pausa.)* São 17 países, todos envolvidos no processo que o FBI está investigando. E nos demais continentes, África, Ásia, Europa, como está a situação em comparação com o nosso continente?

Sobre a Copa mais cara da história, sem falsa modéstia, eu tinha feito a previsão, em 2007, em 2008, de que corríamos o risco de isso acontecer exatamente porque não dava para confiar no Comitê Organizador Local, coordenado pelo Ricardo Teixeira, pela filha dele, pelo tesoureiro e o advogado da CBF. Nunca se acreditou que não haveria dinheiro público numa Copa daquela natureza.

Quanto aos custos que foram levantados, falou-se em 3 bilhões e 100 milhões, alguma coisa assim. De reais, não é?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Dólares.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Dólares.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - De 2014.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Estou falando da Copa de 2014.

Nesses custos estão computados a imunidade tributária ou os impostos que deixaram de pagar não só a FIFA, mas aquela lista enorme de entidades e pessoas que tinham direito de vir ao Brasil sem pagar nenhum imposto e coisas desse tipo?

Sobre os 100 milhões de dólares, que seriam a contrapartida da FIFA para realizar a Copa no Brasil, eu me lembro de que na época foi divulgado que eram para fazer estádios e campos de futebol para jovens, para crianças. Só a CBF tem direito? Isso não poderia ser transferido ao Governo brasileiro ou a outra entidade?

Outra questão sobre a qual eu gostaria de ouvi-lo é: como o Brasil foi escolhido para ser sede da Copa do Mundo? Como se deu essa escolha? Houve influência política também ou foi um acordo interno? Eu não li o livro todo; ainda há partes...

Nós corremos o risco de a Olimpíadas ter o mesmo destino? Quer dizer, pode ter sido traçado um caminho semelhante?



Outra questão: com relação à autonomia que a FIFA transmite às entidades, como os Governos de forma geral reagem, ou reagiram, a isso? É diferente hoje do que era antes?

Quanto à questão da propina, eu me lembro de que — isso já foi noticiado várias vezes — ela era até tolerada na FIFA; era considerada algum tipo de benefício de diretores. Quando era descoberta qualquer coisa desse tipo, bastava fazer algum acordo. Foi o que aconteceu com o João Havelange e com o Ricardo Teixeira. O senhor poderia falar um pouco dessa história?

Foi dito também algo sobre a questão das ofertas, para ganhar os direitos de... Quem ofertava, afinal? Por que essa diferença? Quem ofertava os direitos de transmissão de TV eram os intermediários? Ou isso era negociado diretamente entre os interessados? Claramente, objetivamente, os direitos de transmissão de TV eram tratados diretamente com as empresas, ou era como o J. Hawilla e outros faziam?

Eu teria muita coisa para perguntar, aproveitando a sua vinda aqui, mas, por último, indago: na sua opinião, o que acabou efetivamente provocando essa mudança tão radical na FIFA e, por extensão, nos outros? Foi a lei? Foi o FBI? Ou foram os patrocinadores?

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Deputado, muito obrigado.

Eu vou começar respondendo algumas perguntas, como as que tratam do custo e da questão da isenção fiscal.

Nos 3,7 bilhões não estão computada a isenção fiscal. A renúncia fiscal foi de 1 bilhão e 100 milhões de reais. Ela valeu até 2015. Alguém ainda precisa me explicar por que a renúncia fiscal continua depois que a Copa termina. A renúncia fiscal envolveu, sim, a FIFA em mais ou menos — eu precisaria checar —, se não me engano, 580 milhões de reais, e o restante foi para as empresas sócias em todos os projetos.

Completando essa questão da renúncia fiscal...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A renúncia fiscal do Brasil em relação *(ininteligível)*.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Durante a Copa do Mundo.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mesmo depois de terminada?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Depois de terminada.

Também me deixa um pouco incomodado, para ser bastante sincero. É o que a FIFA diz: *“Eu não pago no país porque não estou lá; eu não sou de lá”*. O que ela não conta é que na Suíça ela também não paga imposto. Então, é um evento bilionário que não gera um centavo de imposto recolhido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Em lugar nenhum.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Em lugar nenhum.

Há um caso muito real, que talvez dê para demonstrar o poder da FIFA quando ela estabelece as regras. Para a Copa de 2018, havia uma candidatura conjunta entre Bélgica e Holanda. Era sinceramente uma candidatura bastante simpática. Seria uma Copa em dois países do futebol, ligados por trens e que tinham estádios prontos. Era só fazer a Copa, basicamente. Eles perderam; tiveram só um voto. Por quê? Porque o Parlamento belga disse: *“Aqui vai ter que pagar imposto”*. Eles tiveram um voto, que foi do próprio belga do Comitê. Essa é uma situação bastante real.

Então, a questão do imposto é essa, Deputado.

Sobre a América Latina e outras regiões do mundo, é importante ser dito isso. Por que os americanos focaram nos latino-americanos? Em primeiro lugar, não é verdade que eles só focaram nos latino-americanos. O próprio Blatter e o Valcke estão sendo investigados. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é uma questão concreta. A CONCACAF, há uns anos, mudou a sede dela. Ela estava na Guatemala e mudou a sede para Miami. Parte dos dirigentes que estavam operando as propinas fazia-o a partir do território americano. Então, quando eles dizem: *“Que absurdo! Isso não tem nada a ver com os Estados Unidos!”* É claro que tem! A entidade está nos Estados Unidos. Esse é o segundo aspecto.

O terceiro aspecto também é muito importante, Deputado. Essas transferências — eu também mostro isso no livro — foram feitas a partir de bancos nos Estados Unidos. Então, o sistema financeiro americano foi utilizado; não resta nenhuma dúvida.



Há uma parte inteira em que eu não entrei no livro. É um debate até curioso, pois, na verdade, foi a busca do FBI por informações sobre o terrorismo que aprimorou a sua capacidade de identificar transferências suspeitas. Eles começaram a identificar transferências suspeitas de outras pessoas que não tinham nenhuma relação com o terrorismo: eram os dirigentes de futebol. De repente, o 11 de setembro de 2001 tem relação com isso.

Mas o que não sustento — eu não acredito nisso, baseado no que tenho visto nos documentos — é que isso seja uma operação política do Governo americano de revanche contra a FIFA.

(Não identificado) - Porque perdeu a Copa.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Porque perdeu a Copa.

Sinceramente, eu acho que a Copa do Mundo nos Estados Unidos não é um evento que levaria o Governo Obama a se mobilizar para derrubar uma entidade internacional, baseado nos documentos que eu vejo, que têm dados muito concretos. A tese de que há um complô internacional liderado pelos americanos não me convence.

Então, essa é a questão do resto do mundo.

Quanto à questão dos 100 milhões, se é só a CBF, eu diria que só ela tem o poder de determinar como esse dinheiro vai ser gasto, em conjunto com a FIFA.

Agora, a questão que se coloca eu acho que é bastante legítima. Se o dinheiro para organizar o evento, que gerou essa renda fantástica para a FIFA, foi dinheiro público, os órgãos públicos têm ou não o direito de também determinar como esse recurso vai ser gasto, no final das contas? É uma questão que eu acho bastante válido que seja colocada. Não está nas regras. As regras desse fundo não permitem tal brecha, mas é bastante legítimo esse questionamento.

Já aconteceu na África do Sul, com um fundo menor, que havia sido criado, em 2010, para a África do Sul, e ele foi bastante polêmico porque, naquele momento, foi identificada a compra de carros para os dirigentes, coisas que não tinham relação direta com o legado que a Copa do Mundo poderia deixar para o país.



Então, os recursos eram só para fazer campo de futebol, de treinamento, e para treinamentos de técnicos, do pessoal técnico, sempre com a participação e o controle da CBF.

Outra questão é a autonomia. Como os governos reagem a isso? Cada vez com uma resistência maior. E explico o porquê. Essa autonomia — eu, desde o começo, insisto — pode ter algo muito positivo quando nós falamos em uma autonomia do esporte para evitar justamente a sua politização, a sua manipulação política. O caso mais dramático é, por exemplo, o filho do Saddam Hussein ser o Presidente da Federação de Futebol do Iraque. Aí, você tem, obviamente, um envolvimento, uma contaminação direta. Então, aí, a autonomia tem algum sentido. Ela não tem sentido quando, por exemplo, nós temos o abuso dessa autonomia.

O que tem acontecido na Europa com uma frequência cada vez maior? Populações locais de cidades que são candidatas pedirem a realização de referendos para decidir se aquela cidade, de fato, quer ser sede de algum evento esportivo internacional. Essa é uma reação justamente a essa autonomia, Deputado.

Por isso eu tento detalhar bastante no livro as manifestações durante a Copa das Confederações, em 2013, no Brasil. O que foram aquelas manifestações? Podemos discutir se elas foram organizadas ou não; se elas tinham sentido ou não, mas o que me interessa é o impacto que elas tiveram. O impacto que elas tiveram no exterior foi o seguinte: o mundo está levando, pela primeira vez, um torneio grande de futebol para o Brasil, depois de 60 anos, para a Meca do futebol, e a Meca do futebol está questionando o evento. Para o resto do mundo, esse foi um sinal de alerta que soou.

Aí, na sequência disso, nós tivemos cidades como Estocolmo, Munique, Oslo e St. Moritz, na Suíça, na qual não há nenhum problema social, votando contra a realização desses eventos, justamente por essa questão da autonomia, por causa do poder que essas entidades têm.

Então, a autonomia é cada vez mais questionada, quando ela se refere ao abuso.

O senhor falou da questão da propina: tolerada ou não tolerada.

Eu também faço questão de passar para os senhores um documento que é a defesa dos advogados da FIFA em alguns dos processos, ainda na Suíça, em



relação a Ricardo Teixeira e a João Havelange, no caso de 2001. O argumento dos advogados contratados pela FIFA foi o de que esse dinheiro não tinha como ser recuperado. Os advogados argumentavam — isto está em um documento — que esse dinheiro era um *way of life*, uma forma de vida desses dirigentes no Brasil — e pior, desculpe-me, não só desses dirigentes.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Todos brasileiros.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Exatamente.

Então, a tentativa de argumentar dos próprios advogados mostrava que isso aqui era normal.

E essa normalidade existia porque não existia nenhum tipo de controle. Ela era tolerada? Ela era, eu diria, mais do que tolerada. Todo o mundo sabia que ela existia.

Quando nós, como repórteres, víamos aberrações que não sabíamos explicar — claro, ninguém tinha prova da propina —, as perguntas que nós sempre fazíamos eram: como esse jogo foi disputado aqui? Como esse contrato foi assinado dessa forma? Como essa decisão foi tomada? Essas questões foram elucidadas vários anos depois, com todas essas provas.

Eu dou sempre um exemplo para o qual eu não tenho a resposta, Deputado, e que até hoje me deixa bastante, eu diria, incomodado com a organização de dois amistosos da Seleção Brasileira.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Não, eu não vou nem falar disso. Refiro-me a amistosos no exterior para os quais eu, literalmente, não tenho nenhuma resposta, mas eu acho que precisariam ser, pelo menos, esclarecidos. Trata-se de um jogo entre Brasil e Japão, ao meio-dia de uma quarta-feira, um dia de trabalho, em um estádio no interior da Polônia. Era para ninguém ir! O estádio estava vazio. Eu estava no estádio, e ele estava vazio. Quem escolheu? Por que aquele estádio? Por que aquele time? Por que aquele horário? Quanto ao horário, eu acho que até tenho uma resposta: era horário nobre na televisão do Japão. Agora, por que na Polônia? Por que naquela situação? Quem ganhou com isso? Eu não tenho essas respostas.



Quatro dias depois, nós fomos a outro jogo: Brasil e Iraque, na Suécia. Mais uma vez, numa terça-feira à noite — não sei se era terça-feira, mas era um dia de semana à noite —, num estádio para 5 mil pessoas. Aí ficamos imaginando: *“Certamente, foi o outro time que pediu. Está pagando cachê, então tem um jogo”*. O outro time era comandado pelo Zico na época. E nós, repórteres, fomos perguntar: *“Zico, e aí, quis jogar contra o Brasil?”* *“Não, eu nem queria esse jogo. Não fui eu que pedi, não”*.

Então, eu insisto: o que aconteceu naqueles dois jogos? Que preparações foram feitas naqueles jogos, em termos desportivos? E por que naqueles locais? E eu completo essa resposta, também oferecendo documentos que, de fato, já foram até repassados para a CPI no Senado — por isso não os citei aqui no começo. Foram documentos que mostram os contratos da CBF com os organizadores dos amistosos da Seleção Brasileira. Esses contratos colocam, de forma bastante clara, o grau de interesse comercial...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O Deputado Arnaldo Jordy queria que V.Sa. explicasse um pouco melhor como acontecia isso.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Perfeito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu gostaria de pedir aos nobres colegas que falassem ao microfone, primeiro, porque estamos sendo gravados e, segundo, porque estamos ao vivo na *TV Câmara*. Por favor.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu explico esses contratos, Deputados.

O Brasil inaugurou, até de uma forma mundial, uma nova tendência, que depois foi seguida por todo o mundo, que era justamente ter os seus direitos comprados por uma entidade internacional que pegava a Seleção Brasileira e revendia os amistosos para o mundo inteiro.

Que poder essa empresa tinha? Era uma empresa saudita, no caso do Brasil, ISE, que comprou uma empresa gigantesca no Oriente Médio, que comprou os direitos da Seleção Brasileira. Qual é o direito que ela tem? Ela tem o direito de organizar certo número de amistosos da Seleção Brasileira por ano. Em troca, ela paga um cachê para a CBF de, mais ou menos, 1 milhão de dólares por jogo. Ela fica com todo o resto do dinheiro arrecadado, como renda dela. Agora, ela tem



várias obrigações: ela tem a obrigação de encontrar um adversário; ela tem a obrigação de encontrar o estádio e pagar o aluguel; ela tem a obrigação de organizar a viagem dos jogadores, hotel, etc. Ou seja, é, de fato, um trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Direito de imagem também?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - É ela que vende.

Agora, a questão que é o centro desse contrato, que é em que insisto, é onde está nele a brecha, ou o espaço, para que a Seleção Brasileira se prepare para um torneio.

O que dizem esses dois contratos?

Um deles diz o seguinte: a Seleção tem que sempre entrar em campo com o time A. Os senhores poderiam dizer: “*Mas isso é óbvio. Toda seleção tem que entrar com o time A*”. Não. Não é óbvio, por vários aspectos. O primeiro é que, se nós queremos organizar ou preparar uma Seleção Brasileira para ganhar a Copa de 2022, não adianta sempre entrar com o time A em campo. Esse time A, em 2022, será de veteranos. Então, concretamente, o contrato não permite o espaço para preparação da Seleção Brasileira. Digo isso com base em dados muitos concretos.

Eu fiz inclusive uma matéria mostrando que um dos artigos desse contrato diz o seguinte, Deputado: se a Seleção Brasileira não entrar em campo com a equipe A, ela sofre uma penalidade: o cachê é cortado em 50%. Então, de uma forma muito clara, a renda da CBF será afetada se o time A não entrar em campo. Segundo ponto: se o time A for convocado, e um dos jogadores do time A for, de alguma forma, excluído por contusão, por exemplo, primeiro, essa contusão precisa ser provada por um médico — ou seja, só a palavra do técnico de que certo jogador foi contundido não basta; ele precisa provar para o parceiro de *marketing* que esse jogador foi contundido. Se ele foi contundido, um novo jogador precisa ser chamado em seu lugar. E o contrato diz, com todas as letras, que o substituto tem que ter o mesmo valor de *marketing* do jogador principal. Não diz que ele tem que chutar com a mesma perna, não diz que ele tem que ter a mesma função estratégica dentro de campo e não diz que esta pessoa precisa, de alguma forma, fazer parte de um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Então, tem que ter o mesmo valor comercial? Na verdade é isso? Traduzindo é isso?



O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - É isso. O substituto tem que ter o mesmo valor. O termo usado no contrato é “o mesmo valor de *marketing* do titular”.

Eu não tenho, obviamente, como provar, eu não tenho como investigar, mas a questão que fica é: onde está o espaço para a preparação da Seleção Brasileira, em médio e longo prazos?

Eu insisto no livro: o 7 a 1 não aconteceu por acaso. O 7 a 1 é resultado de um projeto que não existia; de um projeto que basicamente exigia que cada jogo fosse o jogo mais importante, mesmo contra a Estônia, na Estônia; contra o Japão, na Polônia; contra o Iraque, na Suécia, porque o que estava em jogo ali era a renda daquele jogo e o direito de *marketing* da empresa.

Essa empresa, Deputado, só para completar, tem o direito, com a Seleção Brasileira, mantido até 2022.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - De alguma forma, a Nike inaugurou este tipo de coisa, com o contrato que fez com a CBF em 1998. Já estava previsto?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Estava previsto. É algo também que abre um precedente. O que se faz neste contrato é muito mais abrangente. Ele torna isso uma normalidade na operação da CBF e deixa muito claro, eu insisto... Claro; é um contrato comercial. Eu entendo que é um contrato comercial. E ele é legal. Ele é legal, repito. Eu não estou dizendo que ele é criminoso. Ele não é ilegal. Ele não tem, aparentemente, propina. Não é essa a questão. A questão é que, se nós estamos falando da preparação da Seleção Brasileira não para 2018 — eu não estou mais pensando em 2018 —, mas para 2022, como a Alemanha fez com o seu time de jovens que ficou pronto em 2014 no Brasil, essa possibilidade, nós temos ou não temos, hoje? Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu vou fazer uma pergunta ao jornalista.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ele não acabou de responder às minhas perguntas, Sr. Presidente, só para lembrar.

V.Exa. precisa se inscrever. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, só pegando o gancho, o nosso amigo convidado, o Jamil, tem algumas matérias falando sobre a venda de



escalações da Seleção. Pego o gancho dos amistosos, para que o senhor possa aprofundar um pouquinho sobre as escalações dos atletas.

Houve anos em que diversos atletas foram escalados para jogar os amistosos e jogos oficiais pela Seleção Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Aproveitando o gancho do nosso companheiro João Derly, o nosso colega, vou só fazer uma pergunta que está me ocorrendo — eu, como jornalista, fico com gastura às vezes, doido para perguntar: Jamil, é possível dizer que a FIFA recebeu alguma coisa, dentro da legalidade ou da ilegalidade, nas construções dos estádios brasileiros para a Copa do Mundo? É possível?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Vamos lá. Primeiro, Deputado, eu vou dar o exemplo mais claro, que está escrito no contrato, para nós estruturamos esta história das convocações.

Esse contrato foi inicialmente fechado em 2006. Mais ou menos em 2012, ele foi renovado. Nessa renovação, a empresa ISE endureceu as regras. Deixou claro que não estava satisfeita com coisas que tinham acontecido no passado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Esse mesmo que vai até...

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Vinte e dois.

Com o que ela estava insatisfeita? Ela diz isso no contrato. Eu insisto: não é uma história que alguém me contou; está escrito no contrato. Ela diz o seguinte: dois jogos da Seleção Brasileira, realizados um no Gabão e outro no Egito, não poderiam ser repetidos. Aquelas situações não poderiam ser repetidas. Quais foram aquelas situações? Situações em que, na época, o técnico Mano Menezes não convocou só titulares; convocou também jovens promessas e reservas. A empresa ISE escreve no contrato que, se aquilo fosse repetido, o cachê da Seleção Brasileira seria cortado em 50%. Isso está no contrato. Aí eu fui buscar saber quem é que foi convocado para aqueles jogos, para o suposto time B do Brasil. Quem era esse time B do Brasil? Havia um certo David Luiz. Havia um certo Hulk nesse time. Claro, na época não era o Hulk e não era o David Luiz. O que eu quero dizer com isso? Quem é que determina quem é o titular? Quem é que determina quem é a promessa? Quem é que determina quem é que vale a pena apostar para o futuro?



Então, quando a empresa coloca um dado desses no próprio contrato, está no contrato. Eu insisto, não está numa conversa que alguém relatou. Isso está no contrato. Situações de jogo como a do Egito e a do Gabão não poderiam ser mais repetidas. Então, eu insisto, é ilegal? Não é ilegal. Está no contrato e a outra parte assinou. E o projeto esportivo? Neste contrato, eu insisto, eu não vi uma linha escrita sobre o projeto esportivo da Seleção.

Insisto em mais um ponto, que é uma diferença que nós temos com a Europa. Na América do Sul, nós temos só 10 países competindo. As eliminatórias na nossa região são mais curtas. Nós não temos eliminatórias para a Copa América. Na Europa, o que nós temos? Cinquenta e quatro países. Você tem a eliminatória mais longa para a Copa do Mundo e você tem uma eliminatória para a Eurocopa. Então, na agenda internacional de uma seleção como a Suíça, a quantidade de jogos oficiais é muito grande. Num jogo oficial, você não tem esse contrato. Você não pode ter esse contrato. Você precisa ganhar aquele jogo ou você precisa ter um projeto esportivo. Nós aqui temos a diferença de que temos muitos jogos amistosos por esta questão estrutural. Isso não vai mudar. Então, nós preenchemos este tempo da Seleção Brasileira num contrato de *marketing*, não num contrato esportivo. Essa é a questão.

Sobre os estádios, Deputado, eu não tenho como dizer que a FIFA ganhou algo por conta dos estádios. Eu só tenho um dado em que insisto e também tenho o documento e posso repassar para o senhor. O Vice-Gerente do Maracanã, durante a Copa do Mundo, foi o filho de Jérôme Valcke. Qual foi o critério?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - O do Maracanã.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Do Valcke.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Filho de quem?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - O filho do Jérôme Valcke foi o Vice-Gerente do Maracanã durante a Copa do Mundo. Nenhuma explicação lógica, pelo menos, foi dada.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E há os projetos também que vieram, não é?



O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - E há os projetos. Mas o que eu quero dizer é que eu não tenho como provar que a FIFA lucrou em termos reais com isso. Agora, existe algum tipo de, eu diria, fronteira tênue entre a Operação Copa do Mundo e interesses nem sempre privados. E completo só para insistir: esses estádios foram feitos, na maioria deles, com empréstimos públicos ou com o próprio dinheiro público. E o lucro e os benefícios foram privados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito bem, dando sequência, então...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não, Sr. Presidente, eu tenho mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - V.Exa. ainda tem mais perguntas?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não, são perguntas a que ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - É porque o Deputado Major Olimpio também está engasturado ali, doido para fazer as perguntas dele. E ele olha para mim toda hora, viu?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu vou tentar ser mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Não, fique à vontade. O senhor é nosso convidado. Fique à vontade.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Quem ofertava? Quem ofertava, Deputado? O senhor falou sobre as negociações. A estrutura foi montada de uma forma em que sempre existiram intermediários. O mais notório desses intermediários, atual, por conta da própria delação que ele fez, foi José Hawilla, que explicou basicamente ao FBI como funcionava o esquema. Ele confessou e disse, no depoimento dele na Justiça americana, que sabia que era incorreto fazer esses pagamentos, mas que ele não tinha opção. Isso foi o que ele disse para a Justiça americana e, de alguma forma, pediu desculpas pelo que fez, pelos danos que causou ao futebol. Isso está dito também no depoimento dele à Justiça americana.

A questão dos intermediários é importante porque, de alguma forma, as investigações estão começando a apontar que é nessa transação, nessa intermediação, que o lucro é feito e que a propina é paga, não diretamente entre a empresa que fica com o direito e a empresa que vende. Então, eu dou o exemplo



pelo qual Blatter está sendo investigado hoje na Suíça. Ele está sendo investigado hoje na Suíça pelo fato de a FIFA ter passado a um intermediário um contrato para a transmissão da Copa do Mundo na Jamaica, que tinha o direito de transmitir para o Caribe. Foi um contrato muito específico, e o que a investigação está apontando é que ele vendeu por um preço muito menor do que foi depois revendido pelo intermediário à emissora final.

A pergunta é: se há esse ágio todo no intermediário, por que a FIFA não está vendendo ela mesma esse direito ao comprador final? Porque ela teria muito mais renda, que seria distribuída ao futebol. A FIFA adora dizer que esse dinheiro que entra é o imposto do futebol, que depois é revertido em projetos sociais pelo mundo. É questionável essa frase, mas é isso.

A questão que fica é: se você tem a possibilidade de vender ao final, por que você não faz isso? Essa é a investigação hoje sobre o Blatter na Suíça. Ele sabia que estava revendendo para alguém que ia triplicar, quadriplicar o preço daquele mesmo contrato? Então, o intermediário é essa questão.

Eu acho que ficou faltando...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ficou faltando como o Brasil foi escolhido.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Perfeito. Foi um acordo político na América do Sul que garantia que ninguém mais se apresentaria para a Copa do Mundo e que, de alguma forma, atendia ao interesse do próprio Blatter.

Como isso atenderia o interesse do Blatter? Ao dar a Copa do Mundo ao Brasil e mais especificamente à CBF e mais especificamente ao Sr. Ricardo Teixeira, Blatter estava congelando as ambições políticas de Ricardo Teixeira até 2014. Ricardo Teixeira não poderia deixar a Copa do Mundo e ser candidato à Presidência da FIFA entre 2007 e 2014.

Então, de alguma forma, era muito conveniente você fechar talvez o seu principal concorrente. Ricardo Teixeira era um desses principais concorrentes. E é curioso porque, no documento que a Justiça americana manda à Justiça suíça em dezembro, ele diz: um dos homens mais influentes do futebol e com pretensões de ser Presidente da FIFA. O próprio Departamento de Justiça americano diz isso aos suíços, descrevendo quem era Ricardo Teixeira.



Então, você tem, de um lado, uma conveniência e de outro lado um acordo político. Eu não posso dizer se houve algum tipo de ilegalidade. Houve um acordo, mas ilegalidade eu não tenho subsídio para...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não, a pergunta também embute uma outra reflexão. A Copa foi onde a FIFA mais ganhou dinheiro. Por isso eu queria ver se poderia estabelecer algum vínculo de uma coisa com a outra.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu não tenho subsídio para afirmar algo nesse sentido, mas o que nós, sim, podemos deixar bastante em evidência com os dados é que a FIFA não teve do que reclamar. Os benefícios que ela tirou desta Copa do Mundo foram inéditos para a entidade, em todos os sentidos, e, acima de tudo, no país do futebol. Ou seja, até tinha legitimidade de levar para 12 estádios, de ter uma estrutura fora dos padrões que seriam necessários para o evento.

Uma questão que o senhor tocou e que é muito relacionada a essa são as Olimpíadas. Eu diria que as Olimpíadas tiveram a sorte de acontecer depois da Copa do Mundo e ver o que aconteceu na Copa do Mundo. Então, o discurso, de certa forma, mudou. O discurso, de certa forma, é mais contido. O País é outro, a crise econômica é outra, nós vivemos uma outra situação.

Agora, eu convido todos a lerem, por exemplo, uma matéria feita pelo meu companheiro Rodrigo Mattos que mostra como o projeto olímpico foi modificado, a pedido das construtoras. Então, isso também é algo que valeria saber, em algum momento, se essa modificação no projeto teve uma justificativa esportiva ou só atendeu a algum outro tipo de interesse. Eu não sei. Mas é algo que... Eu acho que essa reportagem do Rodrigo Mattos é, provavelmente, em relação aos Jogos Olímpicos, uma das matérias mais importantes deste ano sobre a estrutura montada para os Jogos Olímpicos.

O Comitê Olímpico Internacional — COI também vai sair do Brasil com uma renda inédita, Deputado, num país em recessão. Então, o evento está valendo a pena. O evento, que vai ter ou não algum tipo de corte orçamentário, vai ter ou não problemas para ser completado. Para o COI, em termos de renda, ele já é o mais rentável da história dos Jogos Olímpicos — e, insisto, em um país em recessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Olha, eu quero só informar aos nobres Parlamentares que o nosso convidado terá que se ausentar às



11h40min, por causa do horário do seu voo. Ele retorna a São Paulo e vai para a Suíça ainda hoje. Então, ele tem horário para sair daqui.

Já posso conceder, então, a palavra ao Deputado Major Olímpio, nobre Deputado Silvio Torres?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Estou muito satisfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Então, com a palavra o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, nosso convidado Jamil Chade, Parlamentares, em primeiro lugar, eu quero me penitenciar e me desculpar, porque acabei provocando um alarido ali no fundo, e quero até dizer o porquê. A Presidência da República encaminhou a Mensagem 284, tirando a urgência constitucional do PLP 257, que ia arrebentar os servidores públicos de todas as formas. Vários Deputados participaram aqui desse esforço, e quem me trouxe a notícia naquele momento foi o pessoal da SINAESP — Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo, que foram os primeiros que começaram com essa mobilização aqui.

Então, quero dizer, inclusive, para o Brasil, para os servidores públicos, que nós vamos ter tempo para amadurecer essa discussão nas Comissões e que não vão ter que pagar a conta desses desvios financeiros, nas questões de previdência pública. O novo Governo, com muita sensatez, tira a urgência constitucional, porque a matéria estava pautada para hoje.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Trancava a pauta.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Trancava a pauta. Então, nós só podemos comemorar. Então, perdão, Jamil. Eu quero, primeiro, cumprimentá-lo pelo trabalho como cidadão e como profissional. V.Sa. até já disse que vai disponibilizar material para isso. É fundamental para esta CPI, porque temos algumas preocupações, e vou pedir a sua visão em relação a isso.

Em 2001, você estava iniciando, virando o Gregório de Matos Guerra, o Boca do Inferno, em relação ao futebol. Virou *persona non grata*, não podia nem participar das coletivas. Hoje nós sabemos exatamente por que você estava dizendo o óbvio, e, muitas vezes, no Brasil, não se enxergam essas obviedades.



Mas, em 2001, nós tivemos a CPI da CBF/Nike, com 217 horas e 16 minutos de trabalho, 125 depoentes, inclusive o Ricardo Teixeira. E nem um relatório foi produzido por esta CPI. Acabou em nada. Tivemos *lobby*, pressão, CBF, tempo e dinheiro jogados fora. Nós estamos com uma CPI que até 16 de agosto estará andando no Senado.

Então, uma das considerações que faço é: como é que nós, por esta CPI, humildemente pedindo, como é que nós podemos fazer para ir dando luz em relação a esse conhecimento que você e vários profissionais têm? Você tem uma visão do mundo. Qual é a sua visão em relação também ao que aqui acontece?

Você citou algumas vezes os americanos, a Justiça americana. E fica mais ou menos claro que nós somos extremamente permissivos com tudo em relação à legislação, em relação à aplicação da Justiça, porque o *capo* da quadrilha, Sr. Ricardo Teixeira, e tantos outros aí têm medo da Justiça americana. A Justiça americana está pressionando na Suíça, está pressionando no mundo. Como é que nós poderíamos fazer para que se tivesse um pouco de seriedade e de propósito das instituições brasileiras? Ficou mais do que claro que o que se teme é o Fisco americano, que o que se teme é a Justiça americana. *“Ah, no Brasil a gente vai levando! CPI, marca lá uma presença, o Deputado aparece, chama algumas pessoas, e acaba não indiciando ninguém, vai virar nada.”* Não temos nenhuma preocupação, há um monte de CPIs aqui pelos corredores.

Então, como é que nós poderíamos, humildemente lhe perguntando... Eu sou membro desta CPI. Não li o seu livro, vou correr atrás dele, vou aborrecer você com os contatos, para poder aprender neste momento, para que possamos construir, de fato, alguma coisa positiva. E eu vejo na sua manifestação coisa extremamente positiva.

Semana passada veio aqui o pai do Neymar, e eu dei uma esculhambada nele, porque ele ainda veio dizer que era um exemplo dentro e fora do campo. Dentro do campo, o filho dele é o melhor do mundo; fora do campo, estão lesando o Fisco na Espanha, aqui, enganando o Santos. E vem dizer ainda que quer homenagem para a fundação. Se pagasse os impostos dele, não tinha que fazer tanta fundação. Desvia dinheiro em um canto para dar uma de mecenas em outro.



E essa sua visão... Você trouxe aqui informações. Eu não sou um homem do futebol ou um cara da polícia, mas nós estamos vendo o que é crime. Eu fui até conferir com o Deputado Derly quando você falou que a substituição nas convocações fica afeta ao valor de *marketing*, e não à posição ou à estratégia ou ao esquema tático do time. Isso é desesperador para todos nós!

E só para concluir essa minha argumentação, lembro que foi falado, em determinado momento, qual é a sua visão, qual é a visão do mundo, da CBF e do futebol brasileiro, se hoje, literalmente, ou já há muito tempo, há uma facção criminosa.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Obrigado, Deputado. Antes de mais nada, eu queria explicar como está a relação hoje do Brasil com a Suíça e a relação do Brasil com os Estados Unidos. Por que essa questão é importante? Porque ela justamente aponta para uma direção dessas, do que é que pode ser feito.

Vamos completar 1 ano da prisão de José Maria Marin e dos outros dirigentes, e até agora o Ministério Público no Brasil não pode colaborar com a Justiça americana, por uma determinação de uma juíza do Rio de Janeiro que conseguiu uma decisão que impede qualquer tipo de transferência de dados entre os americanos...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É uma juíza de segunda instância?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu preciso confirmar.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu tenho a impressão de que é a mesma que está bloqueando várias outras iniciativas.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - É uma situação que a Procuradoria,...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - No Rio de Janeiro?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - ... no Rio de Janeiro, é uma situação que o Ministério Público Federal não consegue superar. Não é que não quer, mas não consegue superar. E isso, obviamente, criou uma estranheza gigantesca entre os americanos, que fazem parte da investigação. Vários outros países — Uruguai, Chile, Colômbia, Honduras, Guatemala, etc. — estão colaborando, e a Justiça brasileira está sem essa possibilidade. Então, o ponto inicial dessa história é desbloquear essa situação real jurídica. Como eu não sou advogado, peço desculpas por falar, talvez, algum absurdo, mas não há colaboração enquanto essa



situação for mantida. Sem essa colaboração, o Brasil não consegue ter nem o indiciamento de José Maria Marin, Marco Polo Del Nero e Ricardo Teixeira, de forma oficial, vindo dos americanos. Então, é bastante relevante o bloqueio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Eles têm um salvo-conduto nessa decisão?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu não tenho a resposta. Eu coloco, para o senhor, a situação. Se essa situação for solucionada de alguma forma, eu tenho certeza de que o Ministério Público tem todo o interesse em colaborar, transferir informação, receber informação e agir. Hoje, o que se provou no mundo com essa história? Se deixarmos para as federações nacionais e regionais solucionarem o problema, ele não será solucionado. Foi necessária uma intervenção de todos esses 17 países. Nenhum deles foi como a Federação da Guatemala, que levantou e disse: *“Não. Não dá mais. Aqui está o meu Presidente. Leve-o preso, e eu vou mudar”*. Não houve nenhuma situação dessas. Em todas elas houve uma intervenção policial. Eu não digo que é a única solução, mas estou relatando o que aconteceu nos últimos 12 meses no mundo.

Na própria Suíça, a impossibilidade do Platini se candidatar não foi só pela suspensão que ele sofreu da FIFA, foi pelo fato de que ele é investigado pelo Ministério Público da Suíça. Existe um fato jurídico muito concreto. O Blatter não teve de se afastar só por conta dos patrocinadores e da pressão dos patrocinadores. Não! Ele está sendo investigado na Suíça. Então, é real. Provou-se que, no mundo inteiro, foi necessário a polícia entrar nesses locais para que algo acontecesse. Nem assim, Deputado, alguns casos foram solucionados.

Dou o exemplo da CONMEBOL. A CONMEBOL tinha um Presidente, que foi preso. Estava na Suíça e foi extraditado de volta. O Presidente seguinte, Juan Napout, deu várias declarações e falou comigo várias vezes: *“A partir de agora é transparência total. Eu quero transparência total. Eu vou abrir tudo na minha entidade”*. A polícia apareceu lá de novo, e ele, de novo, foi preso. Eu estava com ele na noite anterior, em um hotel em Zurique, a que ele foi preso, e ele com o discurso: *“Vamos mudar. O Comitê de Ética vai agir. Não toleramos nada disso”*. Naquela noite, ele foi preso, em Zurique.



Então, o que eu quero dizer com isso? Eu não apostaria na credibilidade desses organismos se reformarem. Há um último detalhe sobre isso. Quando é que nós nos damos conta de que essa reforma interna que eles mesmos estão promovendo não é suficiente? Quando nem a FIFA confia em mandar dinheiro para outro país. A FIFA não confia, não tem garantias de como vai ser usado o dinheiro dela, do legado da Copa do Mundo, quando for enviado ao Brasil. Por isso, não o manda. A FIFA não tem garantias, não tem segurança de como vai ser utilizado o dinheiro da CONMEBOL, quando ela o mandar. São 5 milhões por ano. Por isso, esse dinheiro todo está bloqueado. Resumo da história: a solução não virá deles mesmos.

Sobre o futebol, sobre a relação com o futebol, eu digo sempre o seguinte: eu tenho uma forma de medir um pouco do que é o nosso futebol hoje. É uma forma totalmente aleatória e uma forma totalmente arbitrária, mas que, a meu ver, mostra onde estamos hoje no mundo. Eu quero assistir a um jogo do campeonato brasileiro na Suíça. Não há como. Não há como! Não há nenhuma emissora de televisão que passe. O que eu quero dizer com isso? Qual é o interesse comercial, hoje, de um jogo nacional no Brasil? É muito baixo. O que isso significa? O nosso campeonato, infelizmente, tem, talvez, alguns dos melhores jogadores e um valor agregado muito baixo. Isso é resultado, Deputado, de 40 anos de uma estrutura em que ganhava a transmissão, ganhava o contrato, ganhava a parceria quem garantisse o lucro para o dirigente, não para o futebol. Hoje nós estamos pagando o preço de 40 anos da transferência desse recurso não ao futebol, mas ao dirigente esportivo. Nós temos clubes falidos, nós temos um campeonato que poderia ser, facilmente, um dos maiores campeonatos do mundo, com valor de *marketing* — já que nós vamos falar de valor de *marketing* — muito pequeno, que sequer é transmitido ao exterior.

Um exemplo, também bobo, mas que eu acho que também vale, é que, outro dia, não havia forma de assistir, na Europa, salvo em um canal português, a final do campeonato paulista. Experimente ligar em qualquer outro canal, na Europa, para ver o campeonato belga, o campeonato holandês, enfim, os campeonatos do mundo inteiro. Por que não o nosso? Qual é o problema? O problema é que justamente não existe o projeto de transformá-lo em uma máquina de fazer dinheiro, o que ele também poderia ser. Não é crime fazer dinheiro; agora, que esse dinheiro seja



revertido para o futebol. A Champions League é uma máquina de fazer dinheiro inacreditável, mas esse dinheiro é revertido para os clubes, que contratam os melhores jogadores do mundo. Então, dinheiro no futebol não é crime — não é crime. Mas como e onde ele termina é o que nós vivemos hoje no futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Concedo a palavra ao Deputado Silvío Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu não quero me alongar muito, mas preciso fazer dois comentários. Primeiro, peço a V.Sa. que cheque, verifique qual é a juíza que está impedindo o acordo do Ministério Público brasileiro com o Ministério Público americano e veja quais providências nós podemos tomar. Eu acho que a Comissão poderia pedir essa informação ao Ministério Público Federal.

Segundo, Sr. Presidente, rapidamente, quero informar ao Deputado Major Olímpio que eu fui o Relator da CPI da Nike, que ele acabou de citar. Efetivamente, nós não votamos o relatório, o relatório que eu elaborei durante todo o tempo que o Deputado Major Olímpio descreveu. Não o votamos, porque a CBF tinha, na época, uma bancada muito organizada, que derrotaria o nosso relatório se ele fosse a voto. A opção tomada por nós, o Deputado Aldo Rebelo, que o era Presidente, o Relator e outros Deputados, foi a de encerrar a CPI para evitar que, ao ser derrotado o nosso relatório, pudesse ser votado e aprovado o novo relatório que isentaria todas as denúncias que foram apontadas.

Foi só por isso, Deputado Major Olímpio, que nós não o colocamos em votação. O relatório foi encaminhado a todos os Poderes, Ministério Público, Receita Federal, Polícia Federal, e houve procedimentos instalados. Aliás, há até hoje, no Rio de Janeiro, procedimentos instalados sobre transações que foram feitas entre a CBF e o Delta Bank, por exemplo, nos Estados Unidos, em cima das questões da Nike. Além disso, ainda hoje, no FBI, entre os procedimentos que ele está investigando, há o contrato da CBF com a Nike, que, aliás, foi provavelmente a origem de todas essas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Silvío Torres, eu acato a sua sugestão, mas aguardo apenas a documentação que o jornalista Jamil Chade trará, para que nós possamos, então, dar prosseguimento.



Eu gostaria de perguntar, agora, ao Jamil qual a contribuição efetiva do futebol brasileiro para o povo brasileiro. Na sua visão, há uma contribuição positiva, efetiva?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu, sendo um brasileiro que mora no exterior, há 16 anos, posso dizer que eu me benefico, ou me beneficiava, pelo menos, do futebol brasileiro no seguinte sentido, de uma forma bastante simplória, eu diria: é um cartão de visita fora do comum. É um ato de diplomacia com um poder inacreditável, um gesto de simpatia que todos apreciam. Então, só a parte exterior dessa história já é muito poderosa.

Dou o exemplo de uma situação que aconteceu quando eu fui a Darfur, no Sudão. O genocídio tinha acabado de terminar — a reportagem era justamente sobre a situação em Darfur —, e me levaram para entrevistar o Governador de Darfur, praticamente um criminoso, uma pessoa que obviamente estava protegida de uma forma total. Quando eu entrei na sala dele, as primeiras palavras que ele falou foram “Garrincha” e “Pelé”. Eu não digo que isso seja um elogio ao futebol brasileiro, mas abre portas, desde a do ditador sanguinário até a do defensor de direitos humanos.

Então, é um valor que nós temos. “*O Brasil não é só futebol e samba.*” Não, não é. Claro que não é! Mas ele também é isso. E este é um valor que não pode ser jogado fora, não pode ser desprezado. Digo isso como alguém que, vivendo no exterior, de alguma forma se beneficia de tudo que aquela camisa amarela propiciou durante anos.

Entretanto, para o brasileiro, eu acho que esse valor não é do futebol em si — imagino que o Deputado Derly tenha uma visão muito parecida com a minha —, mas do esporte como um aspecto de construção do ser humano, de respeito inclusive pela derrota, com o qual se aprende a perder, a competir dentro de regras. Enfim, há toda uma série de valores que esse esporte traz.

O problema é que esse esporte hoje é administrado de uma forma que faz com que os seus torcedores, os seus seguidores, não confiem nele ou olhem para ele com desconfiança. A perda de encanto com a Seleção Brasileira não foi causada pelo 7 a 1. Essa não foi a maior humilhação. A maior humilhação é esta estrutura inteira, é o que foi feito com ela. O 7 a 1 foi um sintoma, mais um sintoma, podendo



ser resultado também de algum erro tático cometido na hora. Não é o 7 a 1 o símbolo da derrota do futebol brasileiro, mas essa estrutura.

Quanto ao que o Brasil pode ganhar com o futebol, ao que o brasileiro pode ganhar com o futebol, é óbvio que vários países já demonstraram de uma forma bastante concreta que o esporte é um instrumento de desenvolvimento social.

Só para completar a minha resposta, vou falar de uma charge publicada num jornal suíço há algum tempo que é bastante clara. Nela, há um menininho com cara de bonzinho numa favela, obviamente de algum país em desenvolvimento, com a bola embaixo do braço, dizendo: *“Quando eu crescer, quero ser uma grande estrela do futebol”*. Do lado dele, há outro menininho de 7 ou 8 anos de idade, mas este tem cara de mau — está com uma navalha na mão, com o chapéu para trás, já é um malandro. Ele diz o seguinte: *“Eu não! Eu quero ser dirigente de futebol”*.

Obviamente, é uma charge que cria um absurdo em relação à realidade, mas o que eu quero dizer com isso é que, se esse exemplo for manipulado, não adianta achar que quem está no fim da linha — no caso, o atleta — vai ser o único modelo para a sociedade. Não adianta. Não adianta construir uma estrutura esportiva na qual só o atleta é o exemplo e todos os demais atores, não.

Então, o futebol brasileiro tem muito a contribuir? Tem, mas depende de como ele é administrado e do uso que é feito dele. Onde serão utilizados os 100 milhões de dólares? Em quais projetos? O que será feito desse dinheiro? É muito dinheiro? São quase 400 milhões de reais. Para campos de futebol é muito dinheiro. Então, o valor do esporte, o valor do futebol é, sem dúvida, muito alto.

Eu completo insistindo que o que nós temos que tirar de tudo isso, e por isso que eu insisto na história da Copa do Mundo, que parece uma coisa já do passado, é que a humilhação não foi o 7 a 1. A humilhação do futebol brasileiro foi ter passado anos sob essa estrutura que hoje controla o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem.

Eu quero passar a palavra agora ao autor do requerimento e nosso Relator, Deputado Fernando Monteiro, para que S.Exa. possa fazer os seus questionamentos, lembrando que o nosso convidado, daqui a pouco, precisa seguir para o aeroporto.



O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, caros colegas, Sr. Jamil Chade, primeiro, eu queria deixar aqui as minhas desculpas. Eu tinha uma programação de voo, mas o aeroporto de Brasília ficou 40 minutos fechado, e o avião não decolou de São Paulo, por isso o meu atraso. Lamento muito, porque eu acho que um dos grandes momentos desta CPI é a sua participação aqui, pelo conhecimento que tem do tema, pela sua expertise. Uma coisa que eu sempre conversei com o meu colega Deputado Silvio Torres, que eu admiro muito, foi esta: *“Nós temos que trazer o Jamil aqui, porque ele vai dar o norte para essa CPI”*. Então, eu peço desculpa e lamento o meu atraso.

Minha equipe fez algumas avaliações.

Eu quero pedir licença para, se eu tiver alguma dúvida, no decorrer desse processo e antes do fechamento do relatório, nós trocarmos *e-mails* e telefonemas, porque eu tenho certeza de que o seu trabalho aqui e essa sua participação são muito importantes para o rumo da CPI.

Nós temos algumas questões do Brasil que são burocráticas, em termos de indiciamentos, de leis, e a CPI não vai só julgar alguém, o nosso desejo é deixar um legado para o futebol brasileiro que não seja mais como nessa charge. Infelizmente, nós temos que ter, hoje, punição mais severa, para haver menos coisas erradas. Eu acho isso importante.

Eu vou reduzir minha participação, pelo tempo que nós temos, a somente três perguntas. Duas delas vieram da minha assessoria, porque eles ouviram suas palestras, e a última é minha, porque se trata de uma pergunta construtiva, para o futuro.

Eu vou fazer as três em bloco, e aí V.Sa. me responde da mesma forma.

A primeira pergunta é a seguinte: quais são os brasileiros envolvidos nesse esquema de corrupção e qual a participação de cada um?

A segunda pergunta: o relatório do departamento americano cita uma empresa de *marketing* esportivo, mas não coloca o seu nome. Seria ela a Klefer?

A terceira pergunta é a construtiva, para a posteridade: além de criminalizar a corrupção privada no Brasil — um tema em que vou bater muito, porque eu acho que tudo começa por aí —, quais as sugestões que V.Sa. pode nos dar para resolver esse problema, no âmbito legislativo, no que tange aos contratos de



transmissão de imagem, à estrutura jurídica da CBF e a coisas similares, para que aí nós consigamos ir à frente? V.Sa. falou de política, propina e futebol, então como é que nós podemos corrigir esses erros lá na frente? Com punições severas, duras? Só assim, eu acredito, nós podemos resgatar o futebol brasileiro.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Deputado, obrigado pelas perguntas. Eu vou tentar ser bastante breve. Brasileiros envolvidos: Ricardo Teixeira, Marco Polo Del Nero, José Maria Marin, José Hawilla e José Margulies, argentino naturalizado brasileiro, os dois últimos, empresários, os três primeiros, dirigentes de futebol. Nos três primeiros casos, as denúncias são muito parecidas, relativas ao recebimento de propina em troca de contratos. No caso de Ricardo Teixeira, há o adicional do contrato com a Nike, também no mesmo indiciamento. Em todos esses casos, a estrutura é muito parecida, é justamente aquela de que um grupo muito pequeno de pessoas controla o contrato de transmissão, o contrato de *marketing*, e não há nenhum tipo de controle sobre a forma pela qual esses contratos são repassados.

Então, de forma bastante simples: *“Eu e meu vice-presidente somos os que tomamos a decisão. Alguma empresa quer negociar com a CBF ou com a entidade X. Eu aceito negociar. Eu não quero a melhor oferta; quero a oferta que seja boa, mas com contrapartida pessoal”*.

Esta é a estrutura eventual nos Estados Unidos, com opção privada no caso. Além disso, há lavagem de dinheiro, eventualmente se o dinheiro não for declarado, etc. Então, há o componente lavagem de dinheiro também.

É a Klefer? Sim. O indiciamento americano fala justamente nesses termos, mas a juíza do Rio de Janeiro que bloqueou a cooperação cita um recurso da Klefer. Então, fica muito claro que uma parte interessada nessa história é a Klefer.

O que mais pode ser feito? O dilema que eu tento também estudar e pensar é o que poderia ser a solução. Uma delas é reconhecer que o futebol é um bem público. Então, se ele é um bem público, não pode ser administrado só por uma entidade privada. Ele precisa de algum tipo de controle, mas eu não diria de uma intervenção. Eu não acredito na intervenção estatal como forma de promover a transparência, o esporte, pelo seguinte: poderia haver o risco de eventualmente se cair no interesse partidário, por mais que se imagine uma situação perfeita. A situação perfeita seria a autonomia de uma entidade esportiva, como uma



universidade, por exemplo, que tem autonomia total inclusive para escolher seus dirigentes, mas que preste todos os esclarecimentos e que seja totalmente transparente em relação a todos os contratos. Então, é um misto. Um bem público tem, de alguma forma, uma *accountability* que precisaria também ser pública. Não sei como fazer isso em termos práticos, mas seria o melhor dos mundos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, gostaria de fazer a última pergunta.

Em primeiro lugar, destaco a importância dessa juíza. Vamos poder falar com ela, para entender um pouco por que tomou essa decisão.

Em segundo lugar, na nossa primeira audiência pública, veio aqui um pessoal que sugeriu abrir o capital da CBF. Tem V.Sa. alguma opinião formada sobre isso? Aí teríamos a CVM e uma série de punições. Assim, poderíamos ter um controle maior, com conselhos, enfim...

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Sim, obviamente, em termos financeiros, pode ser uma solução para a questão do controle. Eu tenho algumas dúvidas sobre o impacto financeiro que poderia causar, por exemplo, uma crise ou algum tipo de derrubada da Bolsa, em algo que, insisto, é um bem público.

Não tenho opinião formada sobre isso, mas eu acho que todas as opções precisam ser estudadas. O que não pode — até meu colega Juca Kfourri também diz isso com bastante ênfase — é eles entrarem em campo com a camisa do Brasil, cantarem o Hino do Brasil, dizerem que representam o Brasil e nos fazer acreditar que são uma seleção nacional, sendo que todo o controle é privado. Haveria uma disparidade aí.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, gostaria de tocar numa última questão.

Como o Jamil se referiu à questão de patrimônio do Brasil, lembro que o futebol já é, pela legislação, um patrimônio cultural.

Adicionalmente, gostaria de dizer que eu apresentei um projeto de lei há vários anos, que transforma a Seleção Brasileira num patrimônio cultural e com isso dá acesso ao Ministério Público, por exemplo, para acompanhar todos os contratos e para que tudo o que está sendo hoje permissivo possa ser transformado em proteção.



O Relator do meu projeto na Comissão, não por acaso, é o Deputado João Derly, de quem eu espero rapidamente um relatório favorável.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Está botando pressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudiovio Carvalho) - Ele não está botando pressão, não. Ele determinou que V.Exa. fizesse. Na verdade, foi isso. (*Risos.*)

Mas eu quero agradecer muito a presença do nosso colega, correspondente internacional do jornal *O Estado de S.Paulo*, Jamil César Chade, e dizer que S.Sa. contribuiu imensamente para o engrandecimento desta CPI. Os documentos que S.Sa. se comprometeu a nos mandar serão estudados. Nós estaremos nos debruçando sobre tudo aquilo que surgir de novidade. Um dos papéis desta CPI, talvez o mais importante deles, é exatamente o de investigar.

Quero lhe agradecer muito e gostaria que fizesse as suas considerações finais, porque eu estou preocupado com o seu horário no aeroporto.

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Eu também. Estou quase contando com um atraso. Pela primeira vez, estou esperando que haja um atraso do voo.

Minhas considerações finais.

O primeiro ponto é que eu me coloco totalmente à disposição de V.Exas., para qualquer outro tipo de esclarecimento, para qualquer tipo de ajuda que eu possa dar. Eu vou, obviamente, passar para a Secretaria da Comissão todos esses documentos. Passarei para V.Exas., inclusive, alguns que já foram para a CPI do Senado, e todos esses novos documentos, obtidos nos últimos meses. Acredito que eles são de interesse público e eles podem, de alguma forma, contribuir para o trabalho desta CPI.

E completo dizendo que eu compartilho da opinião do Deputado: um dos aspectos mais importantes é a exigência da transparência, que pode ser feita de várias formas, com a polícia entrando ou com esse questionamento permanente. Esse questionamento permanente é o que eu tento fazer como repórter, mas eu não posso ir além disso. O restante do trabalho precisa vir desta Casa. O questionamento, eu tenho como uma obrigação, justamente porque eu não quero — e a dedicatória do livro, por exemplo, é aos meus filhos, aos meus sobrinhos e a toda a garotada —, que eles tenham a mesma frustração que eu tive, quando eu descobri que eu estava sendo enganado como torcedor.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Só para encerrar, uma pergunta que não quer calar: qual é o seu time do coração?

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Olha, é o São Paulo. Apesar de eu estar há 16 anos na Suíça, todo jogo do São Paulo é acompanhado de perto, por alguma rádio, pela Internet.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Ao último jogo o senhor não assistiu, não é? *(Risos.)*

O SR. JAMIL CÉZAR CHADE - Marcio Dolzan já mandou um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito obrigado, muito obrigado ao nosso colega, ao jornalista Jamil Chade.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Mais uma vez, obrigado por ter aceito o convite. Conto com a sua colaboração para podermos estreitar e, realmente, fazer um relatório que agrade e deixe um legado para o futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito bem.

Não havendo mais inscritos para o debate, eu agradeço a presença do Sr. Jamil Chade, que colaborou positivamente com esta CPI.

Vamos agora à deliberação de requerimentos.

Item 1.

Requerimento nº 93, de 2016, do Sr. Fernando Monteiro, que *“requer que o Sr. Pedro Garcia, representante da Rede Globo, seja convidado a colaborar com os esforços desta CPI para esclarecer aspectos relacionados a contratos de marketing, direitos de mídia, patrocínios e eventos envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF)”*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Fernando Monteiro, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, esta matéria já está em votação. Foi pedida verificação. Então, poderíamos votá-la direto, se possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Em votação o requerimento.



Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 102, de 2016, do Sr. Fernando Monteiro, que “*requer que o Sr. Ricardo Trade, CEO do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo - FIFA 2014, seja convidado a colaborar com os esforços desta CPI para esclarecer aspectos relacionados a contratos de marketing, direitos de mídia, patrocínios e eventos envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF)*”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Fernando Monteiro, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, caros colegas, este requerimento trata do convite a uma pessoa que trabalhou na Copa do Mundo e a organizou. Seria importante que nós, nesta CPI, até para nosso legado, aprovássemos este requerimento. Então, solicito aos colegas que aprovelem este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 103, de 2016, do Sr. Fernando Monteiro que “*requer que o Sr. Walter Feldman, Secretário da Confederação Brasileira de Futebol, seja convidado a colaborar com os esforços desta CPI para esclarecer aspectos relacionados a contratos de marketing, direitos de mídia, patrocínios e eventos envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF)*”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Fernando Monteiro, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, caros colegas, este requerimento é importante, porque apresentei aqui o plano de trabalho que continha jornalistas e representantes de federações e confederações, como convidados, para aí, sim, ter-se a parte de oitiva.

Então, eu acho importante este requerimento. Pelo que ouvimos falar na mídia, sabemos que a CBF está fazendo uma reestruturação, botando Conselho de Ética... Por isso eu solicitei o convite ao Sr. Walter Feldman, exatamente neste



momento da CPI, para explicar um pouco qual é a mudança, o que foi feito, o que está sendo feito.

Então, agradeço aos colegas que puderem votar a favor deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 109, de 2016, do Sr. João Derly, que *“requer que seja convidado os jornalistas Eduardo Gabardo e Rodrigo Oliveira para falarem sobre a reportagem ‘Os coronéis do Futebol’, veiculada no jornal Zero Hora”*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado João Derly, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, a intenção de trazer esses dois grandes jornalistas esportivos, Eduardo Gabardo e Rodrigo Oliveira, é porque eles fizeram uma reportagem investigativa — uma série de reportagens — com um conteúdo vasto sobre a questão dos coronéis, dos Presidentes de Federações. Isso vai trazer subsídios para a CPI saber como funciona o futebol brasileiro, principalmente as Confederações, e alguns esquemas, até de repasse de recursos da própria CBF.

Então, será de grande importância para esta Comissão ouvi-los e ver um pouco da série dessa reportagem que eles fizeram. Portanto, eu creio que vai ser muito produtivo nós ouvirmos o Eduardo Gabardo e o Rodrigo Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando este Colegiado para reunião a realizar-se terça-feira, dia 31 de maio, às 14h30min, para ouvirmos o Sr. Walter Feldman, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Bom feriado! E bom trabalho para aqueles que vão continuar aqui em Brasília nos próximos dias! Muito obrigado a V.Exas.



Está encerrada a reunião.